



NEOLIBERALISMO DE TERCEIRA VIA, TERCEIRO SETOR E IMPLICAÇÕES NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Élida Furtado do Nascimento¹
Aléxia Thamy Gomes de Oliveira²

RESUMO

No contexto de avanço das políticas neoliberais no campo educacional, o texto se insere no debate sobre a orientação teórico-política do neoliberalismo de Terceira Via e suas implicações nas políticas públicas de educação, o qual tem por objetivo analisar, a partir dos pressupostos teóricos e políticos que dão base às parcerias público-privadas (PPP's) no campo educacional, as estratégias empresariais de mercadificação da educação, tomando como exemplo os serviços educacionais oferecidos pelos apoiadores e mantenedores do Movimento Todos pela Educação (MTE). Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, realizado a partir do levantamento em plataformas on-line dos apoiadores e mantenedores do MTE sobre os serviços educacionais por eles ofertados. Partindo das discussões a respeito das políticas neoliberais de Terceira Via que têm permitido o avanço das PPP's na educação brasileira, discute-se como essas parcerias têm repercutido na concepção de educação como um bem público e fundamental ao desenvolvimento humano. A partir da análise sobre o MTE e o mapeamento dos seus apoiadores, mantenedores e diferentes serviços ofertados percebe-se que há uma concepção mercadológica da educação presente nos documentos e serviços prestados pelo MTE que se contrapõe ao objetivo central de formação humana integral e se aproxima de uma formação de mão-de-obra mais alienada e qualificada para o mercado de trabalho. Tal enfoque limita a função da educação, o que permite questionamentos sobre o modelo de educação que está se consolidando nos países periféricos, principalmente a partir dessa nova conformação do capital internacional no movimento de Terceira Via.

Palavras-chave: Terceira Via; Terceiro setor; Movimento Todos pela Educação.

INTRODUÇÃO

No presente texto partimos do debate sobre o avanço da iniciativa privada nas políticas públicas da educação, via Parcerias Público-Privadas (PPP's) com vista a analisarmos, a partir dos pressupostos teóricos e políticos que dão base às PPP's no campo educacional, as estratégias empresariais de mercadificação da educação, tomando como exemplo os serviços

¹ Professora pela Universidade Federal do Acre-UFAC/Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN - n_furtado@hotmail.com;

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN - alexiathamy.gomes@hotmail.com.



educacionais oferecidos pelos apoiadores e mantenedores do Movimento Todos pela Educação (MTE).

Tomamos em consideração que o contexto histórico que marca a forma como o sistema público de educação brasileiro, desde sua expansão para as famílias pobres a partir dos anos de 1930, tem caminhado no sentido de garantir o acesso de todos à educação com sérias limitações da qualidade do ensino público. Se por um lado o processo de expansão do acesso à escola pública expressa ganhos em relação ao direito à educação, por ter contribuído para que os filhos dos trabalhadores ou das famílias pobres tivessem acesso à escola que antes pertencia a uma pequena minoria, o mesmo não pode ser dito em relação à qualidade da educação pública e do ensino que passou a ser ofertado aos novos estudantes que passaram a ocupar o espaço da sala de aula.

Logo, depreendemos que uma escola que garante acesso, mas não garante qualidade dos conteúdos e dos conhecimentos que nela são ensinados, na lógica da economia mundial na qual ela está inserida, serve muito mais para adaptar os estudantes à lógica dos valores da classe dominante, quanto para desmoralizar a educação pública. A degradação da escola pública tem contribuído para que a própria sociedade que reivindicou e reivindica o direito à educação pública para todos também tenha defendido cada vez mais a educação privada como sendo a melhor e a única que oferece qualidade. Acrescentado a tudo isso, a desvalorização do ensino público tem servido para justificar o discurso dos setores do mercado em defesa de parcerias com o Estado para assegurar que o direito conquistado na forma da lei seja de fato garantido, já que pelo discurso neoliberal, o Estado não oferece educação de qualidade porque não tem condições financeiras e a sociedade deve ser corresponsável na garantia dos direitos sociais.

Para entender o lugar que educação assume em nossa sociedade capitalista partimos do pressuposto que a instituição escolar é parte integrante da economia mundial globalizada e que, portanto, incorpora todas as modificações advindas deste novo cenário. Compreender essas associações como sendo intrínsecas à nova conformação do capital mundial é imprescindível para que possamos também acompanhar o movimento das políticas educacionais, sua criação e a quem servem.

Por isso, é importante entender a educação escolar no contexto de avanço exacerbado da economia globalizada e da lógica de mercado que tem marcado a lógica pela qual a escola como instituição tem sido regida, a qual foge ao compromisso de promover uma escola capaz de garantir a apropriação de conhecimentos científicos produzidos pela humanidade, como condição de desenvolvimento e emancipação das pessoas. Sob a lógica liberal a instrução ou a



falta dela evidencia o duplo papel que a escola tem desempenhado: “garantir a qualificação técnica necessária para o funcionamento do sistema econômico vigente e a construção de uma ideologia que lhe dá sustentação” (BRAGA; LOPES, 2019, p. 18). É a partir desse entendimento do papel que a escola assume na lógica do mercado que buscamos apresentar os pressupostos que dão base as PPP’s na educação pública.

Para discutir essa temática tomamos como dado empírico os serviços educacionais ofertados pelos setores empresariais que apoiam e são mantenedores do Movimento Todos pela Educação (MTE). Na sequência do texto, a partir de diferentes autores, entre eles, Anthony Giddens, apresentamos os principais conceitos teóricos das políticas neoliberais de Terceira Via que têm permitido o avanço das parcerias público-privadas na educação brasileira, o que nos permitem na continuidade do texto tecer nossas discussões sobre a que e quem serve o MTE.

REFORMAS EDUCACIONAIS E AS POLÍTICAS DE TERCEIRA VIA: PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO

A partir do contexto de crise da economia capitalista e de mundialização do capital como forma de resposta à crise nas últimas décadas do século XX, temos novos imperativos do mercado que passa exigir adaptações por parte dos Estados à nova reorganização da forma de produção capitalista, cada vez mais flexível e que exige a formação de um ser humano também flexível e capaz de se adaptar às novas exigências desse modo de sociabilidade. Nesse cenário, as reformas no campo educacional se tornaram imperativo para formação do novo tipo de trabalhador que atendessem às demandas do mercado global.

As reformas empreendidas pelo Estado brasileiro na educação ocorreram de maneira mais profunda na década de 1990 quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso propôs maior abertura nas formas de investimento para o Ensino Básico e Superior. Para ele, era necessário “um processo radical de desregulamentação que abrisse o sistema para investimentos privados locais” (SANTOS; FILHO, 2008, p. 140). Essa proposta se materializa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, que previa maior flexibilização da organização da educação, abrindo espaço para a participação da iniciativa privada e das organizações sociais na oferta dos serviços educacionais, reduzindo o papel do Estado no financiamento dessas políticas.

A década de 1990 e o início dos anos 2000 marca uma nova forma do Estado no atendimento aos direitos sociais, ou seja, marca uma diferença entre a social democracia clássica frente a forte crise do Estado, e as novas exigências de ajuste fiscal por parte do Estado



para enfrentar a crise, marcadas pelas políticas implementadas com base no consenso de Washington. As exigências são feitas no sentido de reduzir o papel do Estado na garantia dos direitos sociais, conforme o canto de “liberdade” do neoliberalismo. Uma proposta de versão mais suave do neoliberalismo, denominada de Terceira Via, se configura como uma estrutura de pensamento e de prática política como tentativa de suavizar o neoliberalismo e não de superá-lo, de romper com suas estruturas e práticas políticas, pois essa concepção não rompe com o diagnóstico de que o Estado, garantidor de direitos sociais, fosse o responsável pela crise (GIDDENS, 2001). Por assim acreditar, a Terceira Via aponta como solução o repasse à sociedade civil das responsabilidades pelo cumprimento das garantias sociais, antes tidas como do Estado, e o estabelecimento de parcerias público-privadas para o atendimento à população que necessita dos serviços sociais básicos.

Frente à nova conformação da economia globalizada, as instituições educacionais, locais de formação cidadã, ganham lugar de destaque nessa nova conformação, principalmente a partir da década de 1990, pois os processos de escolarização são apresentados como importantes para o crescimento de um país. O acesso à escola e o aumento no número de vagas gera um novo perfil de aluno e, conseqüentemente, novas demandas. Entretanto, as políticas educacionais que visam ampliar o acesso da população à educação não surgem somente como forma de democratizar esse acesso para a população dos estratos sociais inferiores; entre seus objetivos, está o desenvolvimento do mercado com vistas ao crescimento da mão-de-obra qualificada, respondendo aos órgãos internacionais e objetivando a inserção dos países tidos como em desenvolvimento no mercado global.

Nesse contexto histórico, tem ganhado corpo e se fortalecido as parcerias público-privadas, tanto para a execução das políticas sociais como para o mercado, através de uma nova economia mista que propõe, segundo Giddens (2001), “uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (p. 109).

O ideário da Terceira Via, materializada na Parceria Público-Privada (PPP) das políticas públicas, constituiu-se num dos carros-chefes do Plano Diretor da Reforma do Estado de 1995. No Plano Diretor, o Estado brasileiro deixa de assumir a função de responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via de produção de bens e serviços, passando a ser o promotor e regulador desse desenvolvimento (PERONI, 2009).

Destaca-se aqui a importância assumida pela estratégia das PPP's no contexto da reforma do Estado, pela qual se defende “a reestruturação do Estado e o financiamento ao



Terceiro Setor para execução de políticas sociais” (COSTA, 2014, p. 980), possibilitada pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Coerente com as alternativas propostas pela Terceira Via, o Terceiro Setor atua “tanto para que o Estado não seja mais o principal executor das políticas sociais como para que o conteúdo mercantil possa, através das parcerias, aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, ‘qualificando-as’” (PERONI, 2013, p. 13).

Para Shiroma e Evangelista (2014), por esse viés, defende-se que o Estado não pode ser mínimo na oferta dos serviços sociais à população, porém a forma de materialização dessa responsabilidade é profundamente alterada. Assim, “a tensão entre equidade e eficiência balizou a preocupação dos reformadores e dos governantes em viabilizar uma ‘nova gestão pública’ caracterizada pelo incremento das parcerias público-privado” (p. 13).

O passo rumo à desestabilização do papel do Estado na garantia do direito à educação tem se ampliado desde então, sendo largamente aprofundado no atual contexto político-econômico brasileiro. Para Shiroma e Evangelista (2009, p. 157), as parcerias público-privadas estimuladas pela Reforma do Estado “abriram nichos de mercado para as iniciativas empresariais na Educação. Criou-se um mercado globalizado de sistemas apostilados, de Educação a Distância, de tecnologias específicas, de consultorias, de avaliações, de inovações e inspeções”. Peroni (2009), ao analisar os desdobramentos das PPP’s no campo educacional, afirma que “com a parceria público/privada e o fortalecimento do terceiro setor, o privado acaba influenciando ou definindo o público, não mais apenas na agenda, mas na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação” (p. 157).

Vale destacar que houve significativas diferenças nas formas de governo que assumiram a presidência do país nas duas últimas décadas desse século, bem como na forma como se deu a condução das políticas educacionais em cada tipo de governo, contudo em nenhum deles houve rompimento com a lógica neoliberal, tendo na Terceira Via a forma como o Estado buscou conciliar com a sociedade a garantia, ou não, dos serviços sociais. A mudança brusca de governo a partir de 2016 e a imposição de outra agenda de governo demarcaram o aprofundamento da crise educacional. Costa e Gentil (2018) chama atenção para o acirramento das perdas desse campo com a volta da agenda ultraliberal e conservadora, iniciada com o governo Temer, em 2016, e aprofundada no atual governo. Para a autora,

esta agenda tem levado às últimas consequências mudanças significativas no orçamento público das políticas sociais, fato evidenciado pela “truculência” do atual governo (Michel Temer) e de um Congresso majoritariamente subserviente aos interesses do capital, com a PEC 55 (Ex-Pec 241), transformada na Emenda Constitucional 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal no país (COSTA; GENTIL, 2018, p. 668).



Entre outras medidas, a Emenda Constitucional 95 (EC) ataca a garantia do direito à educação ao congelar os gastos públicos para o setor por 20 anos. Costa e Gentil (2018) ressalta que, como signatário de acordos internacionais, o Brasil é influenciado, no atual momento histórico e pelos próximos 11 anos, pela agenda denominada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Apesar de seguir uma agenda que reafirma o direito à educação, embora com suas contradições, acirra-se no atual cenário brasileiro a desconstrução desse direito.

O acirramento da agenda ultraliberal no Brasil leva ao desmonte da educação em proporções ainda difíceis de calcular. No entanto, vale lembrar que o caminho do desmonte da educação veio sendo construído de forma paulatina e sedutora. Há quase uma década o Movimento Todos pela Educação (MTE) vem se posicionando em defesa da qualidade da Educação, inclusive nos últimos eventos que levaram milhares de estudantes e professores às ruas do país, frente aos cortes de recursos para educação; a representante do MTE foi a porta-voz da mídia de massa para falar em nome dos defensores da educação pública para todos. Em se tratando de um organismo fortemente apoiado por setores do mercado, quais seus interesses com tal defesa?

Costa e Gentil (2018) e Peroni (2009) têm denunciado que as PPP's têm contribuído para diferentes e conjugados formatos de privatização no país. Por meio da “inclusão da oferta de pacotes educativos, materiais digitais, orientações pedagógicas, hardwares e softwares educativos, procedimentos de avaliação” (COSTA, 2019, p. 173), a maioria das empresas apoiadoras do MTE tem adentrado nos espaços da educação pública, mudando a configuração dos serviços educacionais prestados à população. Merece destaque a gestão educacional que perde a sua característica de gestão democrática prevista na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.393/96 para assumir um caráter mais gerencial ancorado nos mecanismos da gestão empresarial.

METODOLOGIA

Para uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento das instituições que compõem o Movimento Todos pela Educação (MTE), realizamos um levantamento na base de



dados on-line, utilizando como metodologia os descritores e os nomes das instituições que constam no site do MTE. Ao entrar na plataforma on-line do MTE e buscar as instituições apoiadoras, percebemos que a plataforma conta com a divisão entre mantenedores e apoiadores do movimento. Seus mantenedores são as seguintes instituições: Família Kishimoto; Fundação Bradesco; Itaú Social; Fundação Lemann; FLUPP–Fundação Lucia e Pelerson Penido; Fundação Telefônica – VIVO; Instituto Natura; Instituto Península; Instituto Unibanco; Itaú BBA; Milú Villela e Scheffer.

As instituições que apoiam o movimento são: Antônio Carlos Pipponzi; Burger King; Moderna; Família Johannpeter; Fundação Educar Dpaschoal; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Gol; Instituto Cyrela; Instituto MRV; Instituto Votoratim; Arredondar - você faz a diferença; PATRI; Shoulder e Suzano.

Após o levantamento realizado na plataforma, acessamos a de cada uma das instituições buscando dados que nos apresentassem seus serviços educacionais. Os serviços e/ou programas ofertados pelas instituições se localizavam em abas denominadas “Nossas Iniciativas”, “Programas”, “Nossa Atuação” e “Projetos e Iniciativas”. Das instituições mantenedoras, a Família Kishimoto, a Milú Villela, a Itaú BBA e a Scheffer não contam com plataforma on-line ou não informam com precisão quais os projetos educacionais desenvolvidos, o que impossibilitou o acesso aos serviços ofertados e, por esse motivo, foram excluídas do Quadro 1, conforme apresentado abaixo.

Quadro 1 – Instituições mantenedoras do Movimento Todos pela Educação: serviços ofertados

Instituição	Serviços/Programas Ofertados
Fundação Bradesco	<ul style="list-style-type: none">• Cursos on-line na “Escola Virtual” (Administração; Contabilidade e Finanças; Desenvolvimento Pessoal e Profissional; Educação e Pedagogia; Informática).• Roteiros de Estudos (nas mesmas áreas dos cursos).
Itaú Social	<ul style="list-style-type: none">• Formação de Profissionais da Educação (Ambiente de Formação; Letras e Números; Escrevendo o Futuro; Leia para uma Criança; Melhoria da Educação; Monitoramento e Avaliação; Pesquisas; Redes e Territórios Educativos).• Fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil (IR Cidadão; Missão em Foco; Monitoramento e Avaliação; Pesquisas; Prêmio Itaú-Unicef; Redes de Territórios Educativos; Voluntariado).
Fundação Lemann	<ul style="list-style-type: none">• Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração.• Lemann Fellowship.



FLUPP – Fundação Lucia e Pelerson Penido	<ul style="list-style-type: none">• Programa VIM – Formação de educadores; construção de políticas públicas para a primeira infância; apoio e adequação a infraestrutura local; formação de lideranças, elaboração e apoio a projetos comunitários.• Programa VEM – plano de ação para escolas de ensino fundamental e médio; Projeto Colheita; Projeto Melhores Cabeças; Projeto Raiz.• Programa PED – Projeto de Fortalecimento da Gestão Pública da Educação.
Fundação Telefônica - VIVO	<ul style="list-style-type: none">• Educação Profuturo: Projeto Aula Digital; Projeto Escolas Conectadas; Inova Escola; Escola Digital; Escolas Rurais Conectadas; Conviva Educação; Observatório do Plano Nacional de Educação; Acervo Inova Escola.• Empreendedorismo Social: Projeto Pense Grande; Programaê; Acervo Pense Grande.• Voluntariado: Programa de Voluntariado; Acervo Guia Design Thinking.• Inovação Educativa.
Instituto Natura	<ul style="list-style-type: none">• Trilhas;• Escola Digital;• Escola em Tempo Integral + Comunidade de Aprendizagem;• Comunidade de Aprendizagem;• Escola em Tempo Integral;• Rede de Apoio à Educação;• Conviva Educação;• Educação para Consultoras de Beleza Natura. <p>Outras iniciativas apoiadas pelo instituto</p> <ul style="list-style-type: none">• CEIPE – Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais;• Consed – Apoio ao GT do Ensino Médio;• Currículo de Sobral;• Educação Compromisso de SP;• Educação Já;• IOEB – Índice de Oportunidade da Educação Básica;• Khan Academy;• Movimento Colabora Educação;• Movimento pela Base;• Profissão Professor;• Sonho de Tremembé.



Instituto Península	<ul style="list-style-type: none">• Singularidades – Formação inicial e continuada de professores;• Vivescer – Desenvolvimento Integral do Professor e compartilhamento de experiências;• Impulsiona – Educação Esportiva e Desenvolvimento Integral dos Alunos;• NAR – Núcleo de Auto Rendimento Esportivo de São Paulo: pesquisa científica e prescrição do treinamento esportivo. <p>Projetos incentivados via lei do incentivo ao esporte</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação física e treinamento em atletas de alto rendimento;• Escola de atletismo de jovens talentos;• Escola de taekwondo de alto rendimento.
Instituto Unibanco	<ul style="list-style-type: none">• Programa Jovem de Futuro;• Estudar Vale a Pena;• Editais;• Seminários e Eventos sobre educação e Gestão Escolar;• Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem;• Circuito de Gestão;• Rede de Geração de Conhecimento.

Fonte: sítio do Movimento Todos pela Educação e das Instituições mantenedoras

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme apresentado no Quadro1 os resultados encontrados evidenciam que as instituições mantenedoras do MTE possuem, em suas plataformas, programas voltados à educação básica ou superior e atuam em iniciativas próprias através de projetos e/ou em parceria com outras instituições, assim como apoiando projetos já existentes em escolas públicas. Essas iniciativas vão desde projetos para a educação básica à Gestão Escolar, sendo que algumas dessas instituições atuam através de iniciativas presenciais ou on-line, como no caso da Fundação Bradesco. É importante ressaltar: essas instituições localizam seus projetos como vinculados à defesa pelo direito à educação para todos, assim como à luta por uma educação gratuita e de qualidade, apresentando tais preceitos em suas plataformas on-line.

A quantidade de projetos e programas criados a partir de iniciativas particulares, assim como seus níveis de atuação, ajuda-nos a compreender o papel do Estado. Uma maior abertura das políticas públicas para a participação do setor privado gera uma gama de propostas de ensino, bem como uma grande quantidade de formatos educacionais que se vinculam às respectivas instituições e, aparentemente, parecem beneficiar a população que as utiliza. Contudo, na verdade, conforme tem denunciado Costa e Gentil (2018) e Peroni (2009), esse cenário revela o quanto a ampliação das PPP's contribui para ampliar a mercadificação da



educação, por meio da oferta de seus pacotes educativos, assessorias e materiais digitais disponibilizados no balcão do mercado educacional.

O aprofundamento da crise do capital vivida a partir de 2008, e principalmente com a financeirização do capital, a educação escolar, principalmente aquela destinada às famílias pobres, perde sua importância como formadora de mão de obra qualificada para o mercado capitalista. No entanto, a educação escolar ainda continua tendo sua importância, não no sentido de seu papel na formação do ser humano, de garantir a todos os seres humanos o acesso aos bens culturalmente desenvolvidos pelo conjunto da humanidade, mas sim, no sentido da educação ser uma mercadoria a ser vendida como qualquer outra.

Logo, a escola continua tendo sua função na sociedade capitalista, sempre a serviço dos interesses dos grupos dominantes. Por isso, não obstante o enxugamento de gastos públicos com educação, permanece os discursos em defesa da educação de qualidade e que seja para todos. Entretanto, a falta de uma política central que tenha um objetivo comum e guie os rumos da educação brasileira, além de expressar uma visão fragmentada do sujeito e do processo educacional como primordial ao desenvolvimento humano, evidencia os reais interesses do setor empresarial em relação à educação. Por meio da oferta de metodologias de ensino e formação de professores, a educação escolar tanto se torna uma mercadoria, como é espaço para disseminar ideologias neoliberais e adaptar as pessoas ao modelo de sociedade vigente.

Conforme aponta Martins e Krawczyk (2018) é perceptível o avanço da frente empresarial que, assumindo o discurso da educação para todos, tem adentrado no espaço público de forma que se tornou natural o fato da escola pública ser “um nicho de mercado importante, recriado e estimulado constantemente pelo setor privado, que atua em áreas como a produção e venda de material didático, a formação de professores, a prestação de consultorias etc” (MARTINS; KRAWCZYK, 2018, p. 6), conforme podemos ver pelo quantitativo de serviços educacionais que estão disponíveis nas plataformas dos setores empresariais apoiadores e mantenedores do MTE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



No presente texto, buscamos apresentar os pressupostos teóricos e políticos que dão base ao avanço das parcerias público-privadas no campo educacional desde a reforma do Estado de 1995 e seu aprofundamento nos dias atuais. Sob a égide do neoliberalismo de Terceira Via, cada vez mais se tem defendido a abertura ao Terceiro Setor, entendido como iniciativa da sociedade civil e empresas privadas na responsabilidade pelos serviços sociais que deveriam ser providos pelo Estado.

A educação como direito social tem sofrido profundas mudanças frente à nova reestruturação produtiva do capital com o avanço das tecnologias e suas danosas consequências no mundo do trabalho. A educação ganha centralidade, mas não como desenvolvedora do potencial humano frente ao contexto da economia global, e, sim, como responsável por adaptar o trabalhador às demandas do mercado flexível e cada vez mais individualizado.

Nesse contexto, a educação passa a cumprir papel diferente daquele voltado à formação cidadã, defendido pelo Estado de bem-estar social. Essa nova sociedade exige outro tipo de formação, muito mais preocupada com a informação que com o desenvolvimento humano. O foco está na formação do trabalhador, que se adapta ao novo modelo de sociedade flexível, polivalente e preparado para a instabilidade dos empregos e mercados transitórios frente às novas mudanças das tecnologias da informação.

Conforme abordamos no texto, o capital, em sua versão neoliberal, através do ideário da Terceira Via, pela parceria público-privada, tem adentrado ao espaço da educação pública e espraído seus valores e novo formato de educação, conformando os sujeitos à nova estrutura do capital. Outro agravamento é o enfraquecimento da luta de classe, favorecendo a agenda econômica, quando, em nome do bem comum, homens e mulheres de “bem”, independente da classe social, unem-se para prestar serviços sociais diante de um considerado Estado ausente.

Fica evidente, através dos serviços oferecidos pelos apoiadores e mantenedores do Movimento Todos pela Educação, que o mais importante para essas instituições representantes do setor empresarial é formar, da educação infantil aos profissionais da educação, por meio dos valores neoliberais. A formação do novo indivíduo para o novo tipo de sociedade, que desemboca em uma educação ofertada pelo viés mercadológico, acaba dando um caráter meramente qualificador de mão-de-obra, portanto, indo de encontro à perspectiva de uma formação integral do indivíduo que preze pelo desenvolvimento pleno e emancipação de suas capacidades.

REFERÊNCIAS



BRAGA, D. S.; LOPES, T. C. D. A educação sob a lógica do capital: constituição e consolidação das políticas educacionais em países periféricos do capitalismo mundial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, p. 17-27, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.26393>.

COSTA, M. de O. ; GENTIL, H. S. Educação na agenda 2030 e emenda constitucional 95: uma erosão do direito a educação. **Educação: Teoria e Prática**, vol. 28, n.59, pp. 662-681, set/dez. 2018.

COSTA, M. de O. Parceria, participação e trabalho voluntário na educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 6, n. 1, p. 98-108, jun.2014.

COSTA, M. de O. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações públicoprivadas: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. **RBPAAE**, v. 35, n. 1, p. 159-179, jan./abr. 2019.

GIDDENS, A. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento “Todos Pela Educação”. **Revista portuguesa de Educação**.v.31, n. 1, p. 4-20, jun.2018.

PERONI, V. M. V. As Parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 4, n. 7, p. 139-160, nov.2009.

PERONI, V. M. V. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina; 2008.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, Capital e Educação: Reflexões Sobre Hegemonia e Redes de Governança. **Revista Educação e Fronteiras Online**, Dourados, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago. 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Mantenedores e apoiadores**. [S.d.]. Disponível em:https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_356. Acesso em: 17jul.2019.